

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## **POLÍTICAS DE TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (ARARUNA/PB)**

*Márcio Balbino Cavalcante<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> *Professor do Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC/PB. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. [marcio-balbino@hotmail.com](mailto:marcio-balbino@hotmail.com)*

*Artigo Recebido em 02/04/2012 e aceito em 14/06/2012*

### **RESUMO**

As Unidades de Conservação, principalmente os parques nacionais e estaduais, estão entre as principais destinações do turismo de aventura e do ecoturismo. Tanto é que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000) contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o ecoturismo nessas unidades territoriais. Apesar de essas áreas serem locais destinados à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza em seu estado original ou mais próximo deste, a prática da atividade turística muitas vezes não atende a essas finalidades. Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal realizar uma avaliação das atividades turísticas e as ações de gestão territorial no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), localizado no município de Araruna/PB. Para a concretização deste trabalho foram desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica e documental; elaboração e aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo e sistematização e análise dos resultados. Os dados e as informações obtidas demonstram que o Parque conta com um potencial notável para o turismo, em especial o ecoturismo e geoturismo, porém, precisa-se de que sejam desenvolvidas ações de gestão territorial, com o intuito de subsidiar o ordenamento do uso turístico no local.

**Palavras-Chave:** Unidades de Conservação, Turismo, Parques Estaduais, Gestão Territorial, Planejamento Ambiental.

### **POLITIC FOR TOURISM IN PROTECTED AREAS: THE CASE OF PEDRA DA BOCA (ARARUNA/PB) STATE PARK**

#### **ABSTRACT**

The Conservation Units, specially the National and State parks are among the major destinations for adventure tourism and ecotourism, so that the National System of Unit Conservation (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) – SNUC (Law 9.985/2000) covers the practice of touristic activities, specially the ecotourism in these territorial unities. The main aim of this research was to evaluate the touristic activities and the actions of territorial management in the State Park of Pedra da Boca (PEPB), situated in the city of Araruna/PB. The data and information achieved show that the Park has a remarkable potential for tourism, especially ecotourism and geotourism, however, there is a need for development of territorial management actions, in order to subsidize the use of spatial tourism site.

**Keywords:** Conservation Units, Tourism, State Parks, Territorial Management, Environmental Planning.

## **INTRODUÇÃO**

Do ponto de vista da Geografia, o turismo, enquanto prática social e econômica produz o espaço geográfico a partir de um conjunto de ações, tornando-o produto para consumo turístico. O espaço geográfico, nesse sentido, entendido como um conjunto formado pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, mais a sociedade que o anima (SANTOS, 1997).

Sendo o turismo contemporâneo um grande consumidor do espaço, nos últimos anos sua evolução ocorreu devido à deterioração das condições de vida nos centros urbanos e da fuga do cotidiano. Dessa forma, a atenção dos estudos científicos ao turismo intensificou-se na medida em que se agravavam os problemas provenientes do excesso de habitantes temporários nas localidades turísticas, com significativos impactos ambientais. Segundo Ruschmann (2005, p. 20-21), a partir dos anos 70, a qualidade do meio ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico: a natureza e as comunidades receptoras ressurgem no setor dos empreendimentos turísticos, ainda massificadas, porém adaptadas à sensibilidade da época.

É nesse contexto que as modalidades de turismo determinadas como alternativas, a exemplo do turismo de natureza, surgiram como opção ou uma reação ao turismo de

massa, quando começam a se evidenciar os problemas por ele provocados e a serem discutidos novos tipos de turismo de menor impacto sobre o espaço local e as comunidades anfitriãs (LIMA, 2003, p.71).

Para a autora, desde meados do século XX, as Unidades de Conservação (UC's) vêm se constituindo como uma das principais estratégias para a conservação da natureza. Apesar das unidades de conservação serem locais destinados à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza em seu estado original ou mais próximo deste, a prática da atividade turística muitas vezes não atende a esses princípios. Nota-se, nesse sentido, a necessidade de implementação, monitoramento e avaliação de ações de gestão territorial voltadas para o desenvolvimento do turismo, como forma de melhorar o planejamento e a gestão dessas atividades nas Unidades de Conservação brasileiras. Partindo deste contexto, o objetivo principal desse artigo é realizar uma avaliação das atividades turísticas e as ações de gestão territorial no Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB), localizado no município de Araruna/PB.

## **1 POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL**

Conforme a geógrafa Rita de Cássia Ariza da Cruz (2000), a história das políticas públicas de turismo no Brasil pode ser dividida em três períodos: o primeiro período, segundo

a autora, conhecido como a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, teve início em 1938, através do Decreto Lei nº 406/38, e fim em 1966 (Decreto nº 55/66), e esteve baseado na configuração da superestrutura do turismo no país por meio da criação de organismos oficiais de turismo que ampliaram o universo de atuação do Estado diante da atividade. Neste período havia uma falta de compreensão sobre a competência política governamental em relação à questão turística como um todo, seus assuntos e responsabilidades transitaram durante décadas em diferentes departamentos, mudando a cada troca de governo, resultando na dificuldade de gestão e continuidade das políticas públicas.

A segunda fase teve início em 1966 (Decreto-Lei nº 55/66), por meio da criação do Sistema Nacional de Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério das Relações Exteriores. Foi um marco na evolução das políticas públicas de turismo no país, conforme BECKER (1996, p. 186), desenvolvido nos moldes do pensamento militar da época: controle rígido da atividade turística, centralizado pelas grandes companhias, situadas particularmente no município do Rio de Janeiro. Neste segundo período, embora promulgados diversos diplomas legais regulamentando o desenvolvimento do turismo, a política ainda estaria vinculada a aspectos parciais da

atividade turística, ao invés de uma abordagem estrutural e totalizante.

No período 1991 a 1999, o Decreto nº 55/66 é revogado pela Lei nº 8.181/91 que reestrutura a EMBRATUR e apresenta os objetivos e as diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Turismo (PNT), publicada de fato em 1996. A principal mudança no cenário político do turismo neste terceiro período “[...] estaria expressa na substituição da ênfase no desenvolvimento, para a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e para a valorização do homem”. (BECKER, 1995, p. 26)

Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo (MTur), dando início a uma nova etapa na evolução das políticas públicas do turismo no Brasil, por meio da reestruturação das funções da EMBRATUR – órgão agora destinado à promoção e apoio à comercialização turística internacional; e o MTur responsável pela execução da Política por meio dos Planos Nacional de Turismo (PNT). O primeiro Plano Nacional do Turismo (2003-2006) foi lançado em abril de 2003, e o segundo em 2007. Estes documentos, elaborados de forma coletiva, sob consulta de diversos setores representativos do turismo brasileiro, “[...] procuram traduzir uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística”. (BRASIL, 2003, p. 7).

## **2 O (ECO)TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

A ação humana constitui-se o principal agente de transformação do meio ambiente, em função das intervenções no espaço geográfico, relacionadas com a realização de suas necessidades de conquista, da sobrevivência e da expansão das práticas capitalistas, de uma forma tão agressiva, que atualmente torna-se complexo e difícil elaborar mecanismos e procedimentos efetivos de práticas de conservação.

Diante do exposto, a criação de Unidades de Conservação, ainda é uma das alternativas efetivas para tentar despertar a consciência ambiental na sociedade e convencê-la de que os recursos naturais são finitos.

No Brasil, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por Unidades de Conservação: Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, Art. 2º, 2000).

No Brasil, as áreas naturais protegidas, principalmente os parques nacionais, estão entre as principais destinações do turismo ecológico e ecoturismo. Tanto é que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o turismo ecológico.

Apesar das Unidades de Conservação serem locais destinados à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza em seu estado original ou mais próximo deste, a prática da atividade turística muitas vezes não atende esses princípios. Assim, a atividade turística é muitas vezes vista apenas como positiva à natureza. Contudo, o turismo não apresenta apenas impactos positivos, mas também impactos negativos, degradantes e agressoras ao meio ambiente (RUSCHMANN, 2005).

Verifica-se que os impactos negativos do ecoturismo sobre o meio ambiente podem superar os impactos positivos causados pelo mesmo, como poluição sonora; resíduos sólidos; degradação de ecossistemas frágeis; perda da biodiversidade; compactação dos solos resultante do pisoteamento; aceleração de processos erosivos; pichações nas rochas; migração das pessoas, vista pela atração de agentes externos e pela evasão da população de localidade, estes sobressaindo em relação aos aspectos positivos.

Devido aos problemas oriundos do desenvolvimento do turismo em áreas naturais, no caso do ecoturismo, destaca-se a necessidade de se estabelecer limites para seu crescimento, com o intuito de monitorar e planejar tais atividades, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos ao meio natural e a população envolvida neste processo.

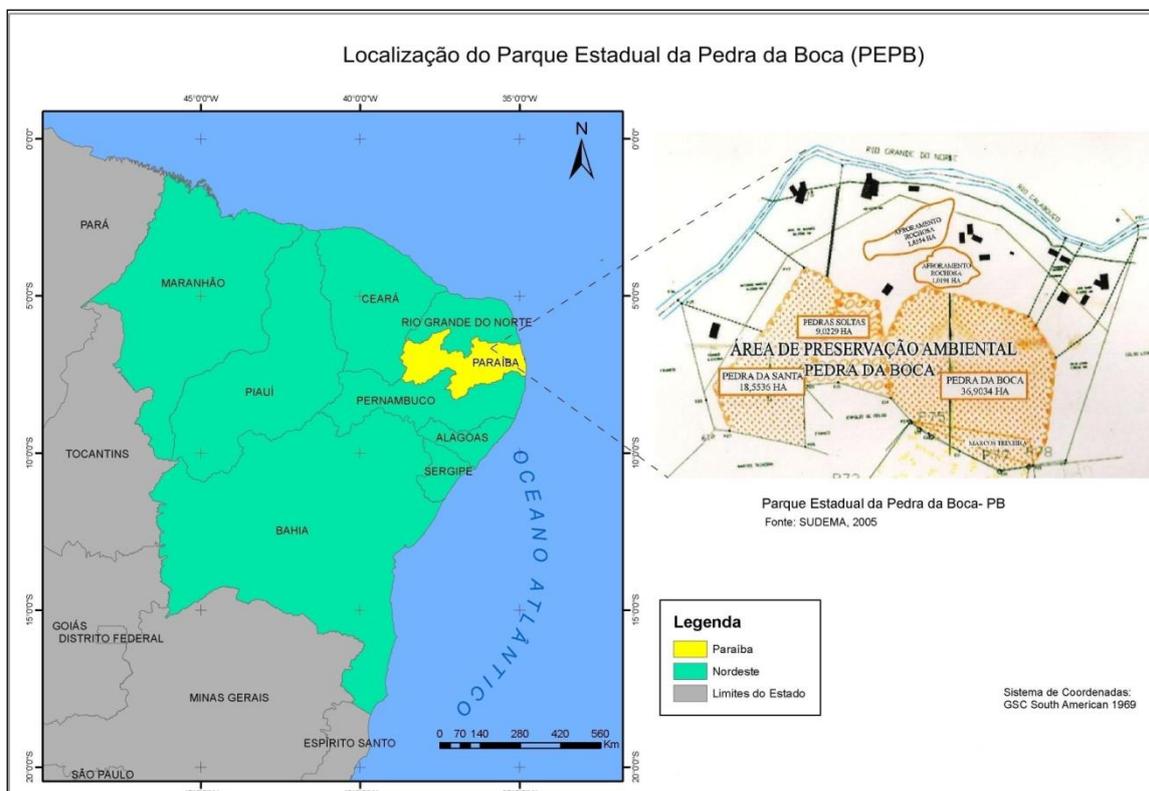
### 3 PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA - da implementação à situação atual

O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) está localizado ao norte do município

paraibano de Araruna. Situa-se em zona fisiográfica de caatinga, no Planalto da Borborema, na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano e Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos 6° 31' e 6° 33' de Latitude Sul e entre os meridianos de 35° 35' e 35° 37' de Longitude Oeste (Fig. 1).

O PEPB possui 157,27 hectares de extensão territorial, formado por um conjunto rochoso de beleza cênica inserido no bioma caatinga, significativo para a prática do ecoturismo, geoturismo, turismo de aventura, turismo religioso e pesquisas científicas.

Figura1 – Mapa de localização do Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB).

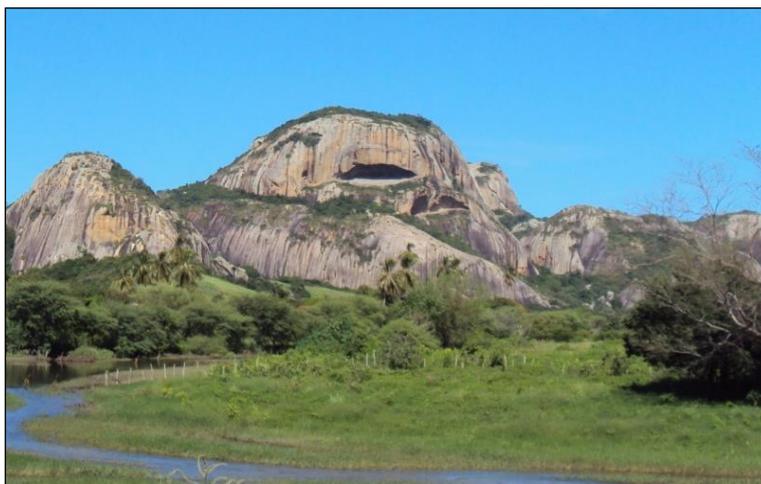


Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, 2012.

O PEPB foi instituído pelo Decreto Estadual nº 20.889, em 07 de fevereiro de 2000 e publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de fevereiro de 2000 (PARAÍBA, 2000). A Unidade foi criada

com o objetivo de preservar o ambiente natural e impulsionar o turismo local. A principal característica do Parque são suas formas de relevo, bastante diferenciadas das demais áreas da região.

Figura 2 – Parque Estadual da Pedra da Boca



Fonte: Márcio B. Cavalcante, 2011.

Antes de sua instituição como Parque Estadual, vinha se registrando a prática de atividades ligadas ao turismo de aventura, como a escalada e *rapel* no local, bem como atividades educacionais e científicas. A partir de 1990, com o desenvolvimento espontâneo do turismo sem ordenamento, bem como o interesse por parte do governo do estado da Paraíba, veio a definir a vocação turística da área.

Segundo informações do Gerente do PEPB, o interesse de criação do Parque partiu de sugestões dos praticantes dos esportes de aventura da área para o chefe

do executivo municipal de Araruna/PB, que, com o apoio de outros políticos locais, levou a solicitação ao Governador do Estado da Paraíba na época.

Desse modo, conforme Ferreira (2006), no processo de criação do PEPB não houve nenhuma iniciativa de informar à comunidade e aos usuários, sobre o que estaria por acontecer no local, bem como, alguma forma de consulta pública para preparar a comunidade quanto à mudança de rotina local, após a criação de uma Área Protegida de caráter pública.

No período da instituição como área de proteção integral, o PEPB teve como primeiras medidas a remoção das famílias residentes em terrenos particulares que se tornaram a área geográfica do parque, sem suas moradias e impedidas de exercer suas atividades de subsistência, a maioria dessas famílias foi residir no município de Passa e Fica/RN. Sendo assim, a delimitação do Parque foi realizada pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA). Após sua criação, em 2000, a Unidade foi administrada efetivamente em 2003 pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA).

Existe na área de entorno do Parque uma pequena comunidade (Sítio Água Fria, Araruna/PB) formada por cerca de dezoito famílias. De acordo com os dados e informações coletadas na pesquisa, identificamos a falta de integração efetiva da população local nas atividades do PEPB, apenas alguns conseguiram se firmar como guias, guarda-parques no passado, ou prestadores de serviços. Sabe-se que para se combater as deficiências e gerar empregos e renda no setor turístico é preciso inserir a população do lugar.

Assim, uma importante inovação do SNUC é a previsão de participação da sociedade através dos conselhos gestores – consultivos e deliberativos, conforme a

categoria, que assessoram a gestão da unidade. Nesse contexto, os conselhos devem ter representação paritária de órgãos públicos e da sociedade civil, contribuindo para a transparência da gestão da UC.

Diante do exposto, em 2003 a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA) criou o Conselho Participativo do Parque Estadual da Pedra da Boca. Esse conselho naquele ano pretendeu envolver a presença da população local, como também de Instituições de Ensino e Pesquisa, entidades governamentais e não governamentais e representantes das Prefeituras envolvidas no plano de turismo do local.

Naquele momento, o Conselho do PEPB possuía a seguinte representação: SUDEMA; Associação Comunitária de Água Fria, município de Araruna/PB; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas (SEBRAE-PB); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Representantes do Departamento de Geografia, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); as Prefeituras dos municípios de Araruna/PB e Passa e Fica/RN (FERREIRA, 2004).

Segundo informações do Gestor do PEPB, atualmente, este espaço de gestão

democrática encontra-se paralisado, necessitando, portanto, de sua renovação.

A criação do PEPB é de fundamental importância para a preservação do ambiente local, composto pelo complexo rochoso granítico e de espécies endêmicas do bioma caatinga presentes na área da Unidade de Conservação. Além da possibilidade de criar condições para a sensibilização, tanto por parte dos turistas, como da população do entorno pertencentes aos municípios de Araruna/PB, Tacima/PB e Passa e Fica/RN, para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir o ambiente local, investindo numa política ambiental pautada na legislação vigente e nos princípios do desenvolvimento sustentável (CAVALCANTE, 2007).

Entretanto, segundo informações do Gerente do Parque coletadas na pesquisa, existe uma carência de projetos e planos para o PEPB por parte dos Órgãos ambientais do governo do Estado da Paraíba, como ações de ordem gerencial, estrutural e ambiental, tais como: ausência de estudos voltados para o conhecimento dos aspectos biofísicos e sociais e conservacionistas da unidade, zoneamento ambiental, inexistência do Plano de Manejo; estudos da capacidade de carga turística; carência na infraestrutura do Parque, como coletores de resíduos sólidos, placas de sinalização indicativa e

informativa, falta de banheiros; ausência de padronização, bem como manutenção das trilhas.

No que se refere à infraestrutura, o Parque conta com uma estrutura mínima, apenas com uma guarita na entrada principal e uma antiga casa de ex-morador, que servem de apoio às atividades desenvolvidas na área.

Com relação aos recursos humanos, o PEPB conta apenas com um gerente, que exerce o trabalho voluntário, e, atualmente, não existe guarda-parques que possam colaborar na manutenção de uma área geográfica de 157,27 ha., além de cerca de 6.000 turistas ao ano que visitam o local. A evidente sobrecarga de funções para apenas um indivíduo gera limitações quanto à fiscalização e apoio efetivos aos turistas e visitantes na área.

Segundo dados da entrevista com o gestor, outro ponto negativo que dificulta a gestão do PEPB é a inexistência do seu Plano de Manejo; esse Plano é fundamental para que a UC possa atender aos seus objetivos de manejo, uma vez que define um conjunto de ações interligadas e coerentes para um melhor direcionamento das ações de intervenção na mesma.

O Parque completou, em 2012, 12 anos de sua criação sem esse instrumento normativo. Segundo o SNUC, deve ser elaborado até 5 anos após a instituição de uma UC. A fim de não prejudicar os

Figura 3 – Turismo Ecológico no PEPB.



Fonte: Márcio B. Cavalcante, 2010.

Sendo assim, o fluxo turístico é formado basicamente por pessoas provenientes de centros urbanos nacionais e internacionais. De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, os turistas se deslocam até o Parque tanto por intermédio de agências de receptivo turístico de João Pessoa (PB) e Natal (RN), como por meios próprios através de divulgação por parte da imprensa, internet ou de amigos.

A gestão do PEPB não dispõe de registro ou do número exato de turistas que praticam essa modalidade nas trilhas do parque. É certo que as trilhas poderiam ser consideradas os produtos turísticos mais dinâmicos em uma Unidade de Conservação, pois seu uso não se limita a vias de acesso, uma vez que por si só a trilha pode ser o atrativo, produz ao indivíduo disposto a desbravá-la, a

sensação de interagir com os elementos da paisagem. Seu trajeto deve ser planejado para que alcance objetivos em favor de sua conservação, através de atividades de Educação Ambiental, tendo como ferramenta a Interpretação Ambiental, despertando a sensibilidade ecológica, e limitando o acesso a áreas que não devem ser visitadas.

No contexto do PEPB, nas trilhas podem ser observadas as diversas formações rochosas, além das espécies da fauna e da flora endêmicas do bioma caatinga existentes no local. Algumas trilhas apresentam problemas como sinalização precária e em alguns pontos até mesmo sua ausência, bem como desaproveito de seu potencial educador, além de algumas trilhas apresentarem degraus, construídos de cimento, para facilitar a caminhada, porém por serem

artificiais terminam descaracterizando o ambiente. Outro segmento turístico de turismo de aventura. Considerado por Fennell (2002) como “*o primo do ecoturismo*”, o turismo de aventura possui várias definições que convergem em um mesmo ponto: a busca incessante pelo desconhecido, pelo desafio físico e emocional, englobando atividades que requerem treinamento prévio e monitoramento constante.

Conforme a Embratur (2001), o turismo de aventura é uma modalidade turística que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional ao ar livre, envolvendo emoções e riscos controlados e exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. Com base nesses princípios, essas atividades podem ser realizadas em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, envolvem emoções e riscos e exigem o uso de técnicas e de equipamentos específicos, bem como a adoção de determinados procedimentos de segurança pessoal.

Sendo assim, a Associação Brasileira de Empresas de Turismo de

natureza presente na área de estudo é o

Aventura (ABETA) tem o objetivo de normalizar as atividades que compõem o segmento, de maneira que este se torne referência mundial no que diz respeito à qualidade e à segurança.

Nesse sentido, verifica-se um fluxo crescente de turistas que se dirigem ao PEPB, para praticar o turismo de aventura, através das modalidades da escalada e *rapel*, nas formações rochosas da área, uma vez que os monólitos localizados no parque constituem o ambiente propício para o desenvolvimento da prática dessa atividade nos diversos paredões rochosos.

Desse modo, os principais pontos para a técnica do *rapel* no Parque Estadual da Pedra da Boca são: *rapel* na Aroeira (55 m); na Pedra da Oratória (50 m); na Pedra da Caveira (50 m); e, na Boca (80 m). outras atividades como escalada, caminhada, *mountain bike*, *camping* acontecem de forma menos acentuada no ambiente do parque.

O turismo de aventura é uma modalidade turística que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional. Essas atividades são realizadas em ambientes naturais, como no PEPB, envolvem emoções e riscos e exigem o uso de técnicas e de equipamentos específicos, bem como a

adoção de determinados procedimentos de segurança pessoal.

Figura 4 – Turismo de Aventura no PEPB.



Fonte: Márcio B. Cavalcante, 2010.

Mais um segmento identificado no Parque Estadual da Pedra da Boca é o turismo religioso. No que diz respeito às conceituações acerca de turismo religioso, estas divergem quanto ao embasamento, que ora está centrado na motivação ora na forma como é realizada a viagem ou nos equipamentos receptivos.

Para Andrade (2008), o turismo religioso é entendido como: O conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões. (ANDRADE, 2008, p. 77).

O autor afirma que o turismo religioso pode ser realizado individualmente ou em grupos. Esses grupos religiosos, seguindo os princípios

dogmáticos e morais de seus componentes, podem ser divididos em romaria, peregrinação e penitência.

Nesse contexto, ao longo dos anos, vem se registrando um deslocamento de pessoas provenientes principalmente do Estado do Rio Grande do Norte e de outros municípios da Paraíba até a Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), uma das formações rochosas do PEPB, caracterizando o turismo religioso na área oficial do PEPB. Esses peregrinos são guiados pela fé em Nossa Senhora de Fátima, cuja imagem está exposta na Pedra da Santa.

A Pedra da Santa recebe fiéis para a tradicional missa ao ar livre, reunindo pagadores de promessas, devotos, visitantes e turistas de toda região e de outros estados. Essa atividade religiosa é realizada na área oficial do PEPB pela

Arquidiocese de Guarabira/PB, através da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB, com eventos programados todo dia 13 de cada mês.

Com o objetivo de oferecer uma infraestrutura de apoio aos fiéis durante as atividades religiosas, o governo do estado da Paraíba construiu, próximo à Pedra da Santa, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. A infraestrutura do Santuário possui área para receber aproximadamente 5.000 romeiros, com dependências para banheiros, lanchonete, secretaria e local de acomodação dos fiéis para participarem das celebrações religiosas.

De acordo com as observações e registros fotográficos da área, registram-se impactos negativos na Pedra da Santa. Nos dias em que acontecem as cerimônias religiosas, é notável o grande número de ônibus, automóveis, motocicletas e pedestres, provocando congestionamento na estrada de acesso ao Parque, bem como estacionamento irregular na entrada principal do PEPB. Ao lado da imagem de Nossa Senhora de Fátima, na Pedra da Santa, percebem-se pichações na superfície da cavidade da formação rochosa, muitas delas diretamente nas pinturas rupestres. Outro impacto detectado na área diz respeito ao grande número de turistas e visitantes no local, colaborando para uma produção de resíduos sólidos, que por sua vez são

jogados no local, haja vista a falta de coletores como também a ausência da limpeza do entorno por parte dos membros da organização das atividades religiosas.

O turismo educacional também se faz presente no Parque Estadual da Pedra da Boca. A beleza cênica do Parque é formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos; é cenário e laboratório de pesquisadores de diversas instituições e localidades, tais como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre outras. São geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores entre outros profissionais atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O Parque Estadual da Pedra da Boca também recebe professores e alunos do ensino básico, profissionalizante e superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar *in loco* o saber acadêmico da sala de aula. Segundo informações do Gestor do PEPB, essas visitas, na sua maioria, são realizadas através do agendamento, porém, a administração do PEPB não tem o controle do número de estudantes que visitam o local.

Na realidade, o turismo educacional em unidades de conservação, como vem acontecendo no PEPB, precisa garantir o cumprimento de um dos objetivos principais da criação dessas áreas que, além da preservação e da restauração da diversidade de ecossistemas naturais, é proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural (BRASIL, 2000).

Desse modo, a prática do geoturismo, nesses ambientes naturais, pode contribuir para que as pessoas despertem o interesse pelo conhecimento e pela valorização dos aspectos geológicos e geomorfológicos de uma região, objetivos estes que, na maioria das vezes, são secundários na prática do ecoturismo.

Partindo desses princípios, Leite do Nascimento *et al.* (2007) afirma que o geoturismo é uma importante ferramenta de conservação e sustentabilidade do local visitado, por meio de ações de interpretação e de educação ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi discutido neste trabalho, a problemática das Unidades de Conservação e as atividades nelas desenvolvidas, em especial o ecoturismo, estão longe de se resumir à

definição e institucionalização de áreas e biomas a serem protegidos. É visível que tais etapas não são suficientes para garantir a preservação e/ou manejo sustentado dos diversos ecossistemas, que para serem alcançados dependem de políticas públicas efetivas.

Em meio à ausência dessas, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental e dentro da problemática tratada aqui, no que concerne a implantação e gestão efetiva das Unidades de Conservação, dentro das diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Diante deste contexto, o presente trabalho demonstra que o Parque Estadual da Pedra da Boca – PEPB necessita de políticas públicas efetivas de turismo, com o intuito de solucionar os problemas decorrentes do uso turístico do local, promovendo o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental do PEPB.

Para tanto, é preciso inferir as seguintes considerações: investir na implantação de uma infraestrutura adequada, para que a relação da atividade turística e conservação do ambiente sejam desenvolvidas de forma harmoniosa; desenvolver programas que insiram a comunidade local nas atividades do Parque; investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o

fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar; promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local e desenvolver campanhas educativas em Educação Ambiental e Legislação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza.

## REFERÊNCIAS

- ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura. Página oficial. Disponível em <<http://www.abeta.com.br>> Acesso em: 7 jun 2009.
- ANDRADE, José Vicente de. Turismo: Fundamentos e Dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. Brasil, uma potência regional na economia do mundo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.
- EMBRATUR. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Caeté: EMBRATUR, 2001.
- FERREIRA, Rogério dos Santos. Plano de Ação Emergencial para o Parque Estadual da Pedra da Boca – Araruna/PB. João Pessoa: SUDEMA, 2004.
- BENI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 8.ed. São Paulo: Senac, 2007.
- BRASIL. Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. Brasília: EMBRATUR. 1994.
- BRASIL. Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007. Ministério do Turismo. Brasília, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do Turismo: marcos conceituais. Brasília, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Política Nacional de Turismo. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: PLANALTO, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005.
- CAVALCANTE, Márcio balbino. Reflexões sobre os impactos sócio-ambientais da atividade ecoturística no Parque Estadual da Pedra da Boca, Paraíba. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 46-55, 2007.
- Gestão Participativa em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual da Pedra da Boca, Araruna-PB. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- LEITE DO NASCIMENTO, Marcos Antonio, RUCHKYS. Úrsula Azevedo,

MANTENSSO-NETO. V. Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil. *Global Tourism*. v. 3. n. 2. p. 1-24. São Paulo, 2007.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Diagnóstico da visitação em Parques Nacionais e Estaduais. Brasília: MMA, 2004.

MORSELLO, C. Áreas Protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

PARAIBA. Decreto n.º 20.889, de 07 de fevereiro de 2000. Cria o Parque Estadual da Pedra da Boca, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.sudema.pb.gov.br/legis\\_file/s/decreto20889.html](http://www.sudema.pb.gov.br/legis_file/s/decreto20889.html)>. Acesso em 10 de mar. 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Ecoturismo – limites do eco e da ética*. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

RÖPER, Monika. *Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso)*. *Revista Geosul, Santa Catarina*, n. 27, jan./jun. de 1999.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção ao meio ambiente*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2005.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.